



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2023

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer informações ao Tribunal de Contas da União sobre a Comitiva Oficial do Brasil na COP28.

Senhora **Presidente**,

Nos termos do artigo 50, §2º, da Constituição Federal, e do artigo 61, §1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações acerca da Comitiva Oficial do Brasil na COP28.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Pode o TCU fornecer estimativa detalhada dos custos, diretos ou indiretos, relacionados a participação da Comitiva Oficial do Brasil na COP28, incluindo gastos com viagens, hospedagem e demais dispêndios?*
- *Pode o TCU fornecer estimativa detalhada sobre as fontes de recursos despendidos para arcar com os custos da Comitiva Oficial, incluindo recursos provenientes de ONGs, ministérios, estatais e afins?*
- *Há alguma justificativa para os gastos efetuados, considerando a situação financeira do país e a urgência das questões climáticas? Ou estamos testemunhando um desperdício flagrante de recursos?*
- *Como o TCU justifica a discrepância entre a delegação brasileira e delegações de países como a Índia, China e Estados Unidos, que possuem populações muito maiores e, no entanto, enviam delegações muito*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

menores?

- *A participação excessiva de ministros do governo Lula na cúpula não levanta sérias preocupações sobre um possível uso indevido do poder público para objetivos políticos pessoais?*
- *Quais autoridades e assessores integraram a comitativa e quais funções que desempenharam? Gentileza indicar o nome das pessoas e suas respectivas funções nos compromissos oficiais.*
- *Quantas pessoas e quem integrou a comitativa? Por que foram na comitativa? Gentileza indicar o nome das pessoas, seus respectivos cargos publicos ou profissoes, e qual foram as funções de cada um dos convidados nas missões.*
- *Houve algum integrante na comitativa não ocoante de cargo público que recebeu auxílio financeiro governamental para particiar das missões? Informar quais as justificativas que ensejaram a autorização.*
- *Quem selecionou e autorizou a relação dos nomes que comporam a comitativa?*
- *O TCU acredita que há falta gritante de controle e fiscalização para garantir que os recursos públicos sejam gastos de forma transparente e responsável, ou essa falta de supervisão é, de fato, intencional?*
- *Diante de todas essas questões alarmantes, não seria imperativo que o TCU realize imediatamente auditoria minuciosa e abrangente sobre essa participação questionável do Brasil na conferência sobre mudanças climáticas em Dubai?*
- *Existe alguma avaliação do TCU sobre a justificativa e a eficiência desses gastos, considerando a relevância das questões climáticas e a representação brasileira nessa conferência?*
- *Existe algum mecanismo de controle e fiscalização para garantir a transparência e a responsabilidade na utilização dos recursos públicos destinados a essa participação?*





JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do TCU acerca da Comitativa Oficial do Brasil na COP28.

Isto porque, conforme noticiado¹, a participação do Lula (PT) em Dubai, na conferência sobre mudanças climáticas organizada pelas Nações Unidas, está gerando surpresa entre os organizadores devido ao grande número de pessoas que o acompanham. São mais de duas mil pessoas, sendo 400 delas membros da comitativa oficial.

Há uma grande quantidade de brasileiros em Dubai, a maioria dos quais são ativistas vinculados a partidos políticos ou organizações não governamentais que eles controlam. Esses indivíduos têm um propósito claro: fornecer audiência para os discursos do presidente brasileiro. A quantidade de brasileiros é quase três vezes superior à quantidade de representantes da Índia, apesar de a Índia ter sete vezes mais habitantes que o Brasil, com uma população de 1,4 bilhão de pessoas. Cerca de 800 indianos estão sendo representados.

Ademais, consoante divulgado pela Folha², entre os 24.488 nomes das delegações de 195 nações, o Brasil responde por 5,5% do total. Segundo o Itamaraty, a delegação oficial do governo, entre autoridades e funcionários, é de cerca de 400 pessoas. Em relação às duas nações que lideram a poluição do planeta, o Brasil aparece com seis vezes mais pessoas que a China (216 delegados) e quase nove vezes o número dos Estados Unidos (159).

Outrossim, tem-se que ao menos 12 ministros do governo Lula devem participar da cúpula, que vai até o dia 12 de dezembro: Marina Silva (Meio Ambiente), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Silveira (Minas e Energia), Rui Costa (Casa Civil), Sonia Guajajara

¹ <https://www.contrafatos.com.br/numerosa-comitativa-oficial-do-brasil-serve-de-plateia-para-lula/>

² <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/12/brasil-tem-a-maior-delegacao-da-cop28-com-1377-nomes-inscritos.shtml>





(Povos Indígenas), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Jader Filho (Cidades), Celso Sabino (Turismo) e Cida Gonçalves (Mulheres). Em 2023, as ONGs aceitaram o convite do governo Lula para que suas agendas fizessem parte do pavilhão oficial. Já o consórcio dos governadores dos estados da Amazônia Legal mantém, assim como em 2022, um estande próprio, chamado de Hub Amazônia, com 100 m².

Com efeito, a forma como essa participação da comitiva oficial está sendo conduzida levanta algumas questões, mormente no tocante aos custos envolvidos. Sabemos que participar de uma conferência internacional requer investimento mensurável, todavia, é crucial que cada gasto seja justificado e direcionado para a efetiva resolução dos problemas em questão, porquanto que a presença massiva de brasileiros em Dubai, muitos deles ativistas vinculados a partidos políticos ou organizações não governamentais, nos leva a questionar se o verdadeiro objetivo dessa participação é debater as questões climáticas ou se trata de oportunidade para promoção política, em detrimento das questões climáticas em si.

Portanto, exortamos o governo a prestar contas à sociedade brasileira sobre os objetivos, resultados e custos dessa participação. Devemos estar comprometidos com a proteção do meio ambiente e com a busca por soluções eficazes para as mudanças climáticas, mas também devemos garantir que os recursos públicos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto à Comitiva Oficial do Brasil na COP28, no desiderato de sevelar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2023.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

